

HISTORIANDO UMA TRADIÇÃO DISCURSIVA: A CONSTRUÇÃO DA AUTORIA INSTITUCIONAL EM EDITORIAIS DE JORNAIS CEARENSES

Aurea Zavam¹

RESUMO: Partindo do conceito de tradição discursiva, gestado no seio da Linguística Românica alemã, este trabalho se propõe a identificar vestígios de mudança e traços de permanência em um aspecto peculiar no editorial de jornal: a autoria. Para tanto, recorre à concepção de autoria institucional, proposta por Alves Filho (2006), para a modalidade de autoria presente no editorial. O *corpus* é composto de editoriais de jornais cearenses, publicados nos séculos XIX e XX e ainda de alguns exemplares do século XXI, tanto na versão impressa quanto na versão eletrônica. O objetivo maior é apontar e descrever as regularidades encontradas e, então, compará-las com as identificadas em editoriais dos dias atuais. Nesse sentido, procede-se à análise de marcas que revelam o mascaramento do autor, característica da modalidade de autoria investigada. Os resultados, possibilitados pelo estudo diacrônico, revelam a adaptabilidade de uma tradição discursiva a demandas que surgiram em função de novas configurações histórico-sociais e ajudam a lançar um novo olhar para a construção da autoria no editorial de jornal.

PALAVRAS-CHAVE: análise diacrônica; autoria institucional; editorial de jornal

RESUMÉN: Partiendo del concepto de la tradición discursiva, generado dentro de la Linguística Románica alemán, éste estudio se propone identificar los vestigios de cambios y marcas de permanencia en un aspecto peculiar en los editoriales de diarios: la autoría. Con ese objetivo recurre a la concepción de autoria institucional, propuesta por Alves Filho (2006), para la modalidad de autoria presente en el editorial. El *corpus* es compuesto de editoriales de los periódicos cearenses, publicados en los siglos XIX y XX y aún de algunos ejemplares del siglo XXI, tanto en forma impresa y en versión electrónica. El objetivo principal es apuntar y describir las regularidades encontradas, y luego compararlas con las identificadas en el editorial de hoy. En éste sentido, se procede al análisis de marcas que revelan el enmascaramiento del autor, característica del tipo de autoría investigada. Los resultados, que han sido posibles por el estudio diacrónico, muestran la adaptabilidad de una tradición discursiva a las demandas que han surgido en función de las nuevas configuraciones históricas y sociales y ayudan a el lanzamiento de una nueva mirada para la construcción de la autoría en el editorial de periódicos.

PALABRAS-CLAVE: analisis diacrónica; autoría institucional

1. A propósito de introdução

*Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca tinha visto antes.*
(Fernando Pessoa. **O guardador de rebanhos**)

É notável o impulso que os estudos sobre gêneros textuais alcançou, principalmente, a partir do último quartel do século passado. No Brasil, a maior parte dessas pesquisas situa-se acentuadamente numa perspectiva sincrônica. Já as pesquisas desenvolvidas numa perspectiva diacrônica focalizam, de um modo geral, fenômenos linguísticos ligados à mudança gramatical, uma vez que têm como objetivo maior registrar transformações que sirvam à reconstituição da história da língua portuguesa.

¹ Professora da Universidade de Fortaleza (Unifor), pesquisadora do Grupo Tradições Discursivas do Ceará (Tradice-UFC) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Linguagem (NIEL).

Rompendo com essa tendência hegemônica, e contemplados pelo Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB)², que, desde 1999, inclui os estudos sobre as tradições discursivas, alguns estudiosos no Brasil (cf. PESSOA, 2002; FONSECA, 2003; SIMÕES, 2007) desenvolveram pesquisas diacrônicas sobre um gênero determinado, fundamentadas na Linguística Românica alemã e voltadas para a descrição de seus propósitos e de suas características formais e linguísticas, considerando sempre o contexto social e histórico.

Com relação ao editorial, objeto desta investigação, os estudos têm-se focalizado notadamente a análise de fenômenos dentro de uma abordagem sincrônica³. No entanto, Gomes (2007), também baseada nos pressupostos da teoria das tradições discursivas, analisou traços de permanência e vestígios de mudança de elementos linguísticos e não linguísticos em editoriais de jornais pernambucanos do século XIX aos nossos dias, visando a reconstruir a história desse gênero jornalístico.

A pesquisa que ora apresentamos, também assentada na Linguística Românica alemã, contribui para uma maior compreensão do fenômeno principalmente em dois sentidos: primeiro, trabalha com editoriais de jornais cearenses (do século XIX ao século XXI); segundo, analisa uma categoria constitutiva do editorial não contemplada no trabalho de Gomes (2007): a autoria.

2. Tradição discursiva: o foco na historicidade dos textos

Paralelamente a já consolidada noção de gênero do discurso, vimos surgir, a partir da última década de 80, o conceito de tradição discursiva (TD), que nasceu no âmbito da Linguística Histórica alemã, especificamente dentro da Linguística Românica, de feição pragmática. O termo (*Diskurstradition*), proposto por Peter Koch, em 1997, “para dar uma expressão conceitual à fundamentação histórica dos gêneros textuais” (ASCHENBERG, 2002, p. 157), e posteriormente adotado por Wulf Oesterreicher e Johannes Kabatek, entre outros romanistas alemães⁴, deve sua inspiração seminal ao legado teórico de Eugenio Coseriu, mais especificamente às reflexões e propostas do linguista romeno para a interpretação da linguagem humana.

Partindo da crença de que a linguagem é atividade criadora, orientada por tradições linguísticas e realizada em textos concretos, Coseriu (1980) propõe três níveis de linguagem: (i) o nível universal, que diz respeito à língua, independentemente do idioma que se empregue, como dispositivo geral que possibilita ao homem se comunicar – a atividade do falar; (ii) o nível histórico, que diz respeito à língua como sistema de significação historicamente dado – a língua histórica particular; e (iii) o nível individual, que corresponde à língua como realização em textos ou discursos concretos – o

² Projeto de alcance nacional, que objetiva a constituição de *corpora* diacrônicos do português brasileiro, a fim de possibilitar estudos que possam investigar a linguagem de diferentes segmentos sociais de cada fase da história brasileira.

³ Entre os pesquisadores que tomaram o editorial de jornal como objeto de investigação, podemos citar Nascimento (1999), Rebelo (1999) e Sousa (2004).

⁴ A respeito de trabalhos que se vêm desenvolvendo no âmbito da Filologia Pragmática alemã, cf. López Serena, 2006.

discurso. Esses três níveis respondem pela atividade comunicativa realizada por indivíduos nas mais distintas situações de interação verbal e se fazem presentes, portanto, sempre que alguém fala, isto é, sempre que um interlocutor se dirige a outro, com intenção comunicativa determinada. Assim, por exemplo, quando uma pessoa fala com outra, podemos perceber nessa ação o nível universal, pois os sujeitos envolvidos no ato comunicativo estão fazendo uso de uma atividade comum a todos os homens – falar; o nível histórico, pois, se falam, o fazem valendo-se de um idioma, de uma língua atualizada historicamente; e o nível individual, já que o indivíduo que fala o faz diante de uma situação concreta e particular, configurada por um entorno sócio-histórico.

Nesse sentido, falar significa recorrer ao tradicionalmente instituído, quer do ponto de vista do idioma, quer das sucessivas atualizações de uma mesma forma discursiva. Isso quer dizer que, independentemente da língua, do sistema, com estrutura, gramática e léxico específicos, existem tradições textuais definidas, como, por exemplo, os provérbios e as formas fixas de saudação. Desse modo, a tradição textual, a configuração que assume determinada intenção comunicativa realizada por meio de um texto específico, pode independe da tradição linguística, das construções oferecidas pela língua, e fixar-se em tradições do discurso, dos textos constituídos. Consequentemente, o nível histórico da língua responderia tanto pela tradição linguística quanto pela tradição textual, isto é, pelas tradições discursivas.

Para os romanistas alemães, tradições discursivas dizem respeito, então, ao fato de um usuário de uma língua, diante de uma finalidade comunicativa, produzir seu discurso em conformidade com o já dito na sociedade, isto é, modelando-se por “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, nas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever” (KABATEK, 2003, p.3), ou, como o autor diz mais adiante, “falar não é só dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras de uma língua (seu sistema e norma), mas costuma ser, além disso, a realização de uma determinada tradição textual”.

As tradições discursivas são, nesse sentido, formas textuais que são evocadas e que se repetem, e, nesse processo contínuo de evocação e repetição, ora conservam elementos linguísticos e/ou discursivos (traços de permanência), ora apresentam inovações (vestígios de mudança).

Com relação a inovações nas formas textuais, é consensual a ideia de que uma mudança nas condições de produção acarreta inevitavelmente mudanças nos gêneros. A esse respeito, Aschenberg (2003, p. 11) afirma:

Uma mudança das condições midiáticas traz consigo uma mudança das tradições discursivas: a introdução da escrita nas línguas nacionais, a invenção da impressão tipográfica, a introdução de mídias eletrônicas causam a perda, a reorganização e a invenção de tradições discursivas. Nessas mídias eletrônicas articulam-se outros processos de um alcance ainda maior que, a longo prazo, afetam nossos hábitos cognitivos: a mudança na codificação material influencia a apreensão de textos, a reprodução na memória e, finalmente, a tradição das formas discursivas⁵.

Para ilustrar essa imbricação entre mudanças na sociedade e mudanças nas TD, podemos citar, por exemplo, o fato de a Família Real ter-se mudado para o Brasil, o que

⁵ Sobre a importância do mídiu na constituição dos gêneros, cf. Debray (1995) e Maingueneau (2001).

possibilitou o desenvolvimento da imprensa brasileira e conseqüentemente a adoção de tradições discursivas já estabelecidas no periodismo europeu.

Como se vê, uma nova ordem nas práticas sociais e discursivas reclama uma nova forma de organização das tradições discursivas, uma espécie de acomodação diante das novas exigências. No que se refere especificamente ao editorial, interessa-nos saber como a autoria foi se constituindo, ao longo de mais de dois séculos como tradição discursiva do domínio jornalístico, em marcas que vem mantendo (ou inovando) na materialidade textual.

3. A autoria no editorial sob uma perspectiva diacrônica

Para nosso objetivo de análise, tomamos como editorial de jornal o texto que, veiculado em lócus próprio, possui periodicidade sistemática e destina-se à manifestação de opinião ligada a interesses dos segmentos empresariais/institucionais por ele representados. Publicado, pelo menos desde um passado recente, sem assinatura⁶, volta-se para assuntos, locais, nacionais ou internacionais, que estejam na pauta das discussões políticas, econômicas ou sociais.

Vale ressaltar que o que tomamos como editorial hoje não significa que tenha sido assim percebido pelos produtores originais, pois não podemos nos esquecer de que, como a sociedade muda com o passar do tempo, as categorizações também não permanecem as mesmas, tanto que, no século XIX, o editorial era reconhecido como artigo de fundo ou introdução, como dissemos anteriormente.

Em nossa pesquisa, recorreremos, portanto, a textos de uma sincronia passada e ao contexto – histórico, político e social – em que tais textos foram produzidos, para tentar nos aproximar das condições de produção e circulação à época em que foram veiculados e, então, melhor compreendermos o fenômeno que continua a se manifestar, ainda que sob outras circunstâncias.

Como afirmamos, o editorial ocupa um lugar discursivo assegurado para a manifestação axiológica da empresa jornalística. Essa manifestação é realizada por um autor que não se revela como indivíduo na sua enunciação, pois a própria tradição discursiva, instituída sócio-historicamente, lhe confere deliberadamente o ocultamento de sua identidade. Por outro lado, ter encobertas as referências a uma autoria individual não significa dizer que não haja autor⁷, pois, como sabemos, a todo gênero subjaz uma concepção de autoria, entretanto, no caso do editorial, estamos diante de uma autoria institucional.

Segundo Alves Filho (2006), a autoria institucional, aquela cuja responsabilidade discursiva cabe a empresas ou instituições, em editoriais de jornal, é

⁶ Ainda que o editorial hoje não seja assinado, incluímos em nosso *corpus* textos com assinatura, pois faziam parte de uma época em que essa característica ainda não tinha se firmado completamente.

⁷ Sobre a função-autor, Foucault (1992, p. 46) afirma que ela não se constrói com a simples atribuição de um texto a um indivíduo, na verdade, ela se constituiria como uma “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade”.

“pré-configurada sócio-historicamente e materializada textualmente” (p. 84). Embora tenha focalizado editoriais deste século, Alves Filho admite que essa função passou por mudanças significativas ao longo de seu percurso histórico, tanto quanto ao fato de já ter sido assinado (uso das iniciais do nome do autor, no século XIX) quanto ao de expressar opinião pessoal. Com base no *corpus* que levantou, o autor destaca, então, sete aspectos que caracterizam esse tipo de autoria em editoriais de jornal: impessoalização, institucionalização, ausência de assinatura e de elementos biografizantes, uso da variedade padrão, interação entre instituição e indivíduos-leitores, busca e cobrança por uma coerência enunciativa, e ineditismo textual. Falaremos a seguir sobre cada um desses aspectos, ilustrando com exemplos do nosso *corpus*, e, em alguns casos, trazendo mais luz aos resultados encontrados por Alves Filho.

i) A **impessoalização** manifesta-se na preferência pela terceira pessoa do singular, o que garante impessoalidade e objetividade na abordagem do objeto do discurso, bem como nas estratégias de argumentação.

Nos editoriais impressos que compõem nosso *corpus*, evidencia-se, entretanto, em maior número o uso da primeira pessoa do plural, como nos revela o editorial de 06 de julho de 2000, do jornal *O Povo*.

(1)

[...] Os medicamentos básicos precisam ficar sob o controle direto do Estado, inclusive para dar meios de negociação ao governo frente aos monopólios estrangeiros. Sem essa margem mínima para manobrar **assistiremos** cada vez mais à desmoralização imposta pelos laboratórios aos centros de poder nacional. (*O Povo*, 06 jul. 2000)⁸

Registramos, por outro lado, o uso da terceira pessoa, como, por exemplo, no editorial que foi editado em 1912 pelo jornal *Pátria*, de Sobral, uma das cidades interioranas de maior relevância política do Estado do Ceará. Dos 4 editoriais que coletamos desse periódico que circulou de 1910 a 1915, em 3 há o emprego da terceira pessoa. Devemos ressaltar que os textos em que se observa esse emprego tomam como objeto do discurso a exaltação a personagens da História (Cristóvão Colombo, na edição de 12 de outubro – data do descobrimento da América – e Tiradentes, em comemoração ao aniversário de morte do mártir da Independência) e a personagem de prestígio político na época (General Pinheiro Machado, senador do Rio Grande do Sul), não tão próximos da realidade cotidiana. Por outro lado, no editorial cujo assunto é a chegada à cidade de um político que viria reforçar a eleição do partido que o jornal apoiava, observamos o uso da primeira pessoa do plural, como estratégia de cooptação do (e)leitor, como ilustramos a seguir.

(2)

[...] Por telegramma transmittido de Fortaleza, para distincto cavalheiro desta cidade, sabemos que no dia 30 partirá do Rio, com destino a este Estado, esse intrepido e valoroso soldado do nosso Exercito. É esta uma noticia que com certeza irá despertar satisfação e animo no seio do nosso grande partido, pois a palavra e a energia de Thomaz Cavalcanti tem para nós outros o prestigio de uma força libertadora. **Esperemos** a vinda

⁸ A transcrição digital seguiu as normas de edição do PHPB, que recomenda a manutenção da grafia e do sistema de pontuação originais (a barra simples, |, indica mudança de linha; a barra dobrada, ||, mudança de parágrafo).

do homem | que pela sua coragem physica | e acção civica, pos-se no mais | elevado destaque no scenario | politico do Ceará. (*Pátria*, 09 out. 1912)

A recorrência à primeira pessoa do plural pelo redator diante da intenção de influenciar a opinião do leitor, a mesma intenção observada nos editoriais mais atuais, revela-nos, a despeito da menor ocorrência nos 4 textos, a produtividade desse mecanismo que permite maior aproximação do leitor. Assim, se considerarmos que os textos com o uso da terceira pessoa não se revelariam textos prototípicos de manifestação axiológica sobre acontecimentos da vida política, a recorrência de editoriais com o emprego da primeira pessoa do plural seria ainda mais expressiva.

A outra ocorrência de terceira pessoa é verificada no editorial do jornal *O Povo*, de 14 de junho de 1929. Entretanto, em outro editorial, do mesmo mês e ano, observamos o emprego, corrente na época, da primeira pessoa. Convém lembrar que *O Povo*, fundado em 1928, quando o jornalismo já era empreendimento empresarial, contava com dois redatores (seus fundadores): Demócrito Rocha (redator principal) e Paulo Sarasate (redator secretário). Esse dado leva-nos a pressupor que o uso de uma ou outra forma pronominal pudesse ser atribuído ao estilo do autor, já que não conseguimos saber se os dois textos foram redigidos pela mesma pessoa. Salientamos, ainda, o fato de em outro ano (1972), como aconteceu em 1929, encontrarmos, em dias diferentes, editoriais tanto em terceira pessoa do singular quanto em primeira pessoa do plural, dessa vez em uma mesma edição, de 04 e 23 de setembro. Esse fato poderia reforçar nossa hipótese de que a opção pela forma pronominal poderia ser mais uma questão de estilo do que de restrição da autoria na TD. O que, de fato, podemos afirmar seguramente é que no século XIX houve predomínio absoluto da primeira pessoa do plural e que essa forma discursiva ainda permaneceu recorrente até o final do século XX, no jornal impresso.

Dos 6 editoriais eletrônicos do *corpus*, publicação na *web* dos mesmos textos da versão impressa, em 3 há emprego da primeira pessoa do plural e nas outras 3, a terceira pessoa do singular. Na versão *on-line*, as duas formas pronominais apresentaram, portanto, o mesmo número de ocorrências.

Ao mostrarmos que a primeira pessoa do plural é bem mais recorrente (ou foi pelo menos até o fim do século XX) que a terceira pessoa do singular, a impessoalização como traço característico do editorial, conforme acentuou Alves Filho (2006), não está ameaçada. De fato, deixamos de constatar em nosso *corpus* a supremacia da terceira pessoa do singular; poderíamos pensar, então, que esse traço poderia ser uma tendência que se tem revelado mais proeminente neste início do século XXI, já que Alves Filho trabalhou com editoriais de 2002 a 2006, de grandes capitais brasileiras.

Essa evidência remete-nos a Beltrão (1980), para quem a impessoalidade, um dos quatro atributos fundamentais do editorial⁹, manifesta-se pelo fato de esse gênero não ser assinado e usar-se a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural. Como os estudos de Beltrão sobre o editorial foram até 1980 e grande parte de nossos textos situam-se no mesmo período, os dados que levantamos apontam para a mesma

⁹ Os outros atributos são: topicalidade (assunto abordado), condensabilidade (focalização em um só tópico) e plasticidade (inconclusibilidade dos enunciados).

conclusão sobre a manifestação da impessoalidade, no que toca ao emprego da pessoa do discurso.

O uso da terceira pessoa do singular está ligado ainda a outros aspectos comumente associados ao editorial: a imparcialidade e a não subjetividade, cujo controle acaba escapando ao editorialista. Se quem escreve o editorial é um sujeito (entidade física, e não a instituição, entidade abstrata), que tem a tarefa de tomar partido sobre um fato da atualidade político-econômica e assim “aconselhar e dirigir a opinião dos leitores” (BELTRÃO, 1980, p. 60), inevitavelmente seu discurso será atravessado pela subjetividade e parcialidade, quer esteja na terceira pessoa, como mostra o exemplo (3), quer esteja na primeira pessoa (exemplo 4), como percebemos a seguir.

(3)
[...] O problema é de extrema gravidade e | deverá suscitar debates e preocupações na | próxima Constituinte, cuja formação será | o retrato da representatividade espúria ge- | rada pela eleição mercantilizada de 15 de | novembro próximo. || É possível que os constituintes encon- | trem remédios eficazes para combater esse | terrível mal que ameaça a sanidade de nos- | sa democracia nascente, ora ameaçada de | transformar-se em plutocracia. [...]
(*Diário do Nordeste*, 06 out. 1986)

(4)
[...] Desde logo, não podemos dei- | xar de ressaltar a forma anima- | da como as instituições demo- | cráticas têm resistido aos abalos | verificados na área política. Os | sucessivos “affaires”, envolvendo pessoas do Governo, em ou- | tros tempos já teriam provoca- | do resultados funestos para as | instituições. Felizmente temos | amadurecido bastante nesse as- | pecto, embora os atuais meca- | nismos institucionais do presi- | dencialismo não dêem seguran- | ça à cidadania de que já estamos | completamente imunizados con- | tra qualquer surpresa nesse | terreno. [...]
(*O Povo*, 06 mar. 1992)

Como vemos, há outros mecanismos, flagrados na materialidade textual, que marcam a subjetividade e a parcialidade, a despeito da opção pela pessoa do discurso, ainda que a intenção possa ser “*não dar a entender a existência de uma subjetividade*” (ALVES FILHO, 2006, p. 85 – grifo do autor)¹⁰. Para além da primeira ou terceira pessoa empregada, outros aspectos acentuam no editorial a autoria institucional, como apontou Alves Filho, e sobre os quais continuamos a falar.

ii) A **institucionalização** diz respeito à assunção da “responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas” (ALVES FILHO, 2006, p. 85) defendidas pelo editorialista por parte da empresa. Como ancoragem textual desse aspecto caracterizador, Alves Filho aponta o “uso de verbos de terceira pessoa e [n]a ausência de elementos que se refiram à primeira pessoa ou ao redator empírico do texto” (2006, p. 85). O autor destaca, ainda, a proeminência que tal aspecto adquire quando o redator cita explicitamente no corpo do texto o nome da empresa jornalística a que está vinculado. Em nosso *corpus* também encontramos a institucionalização marcada dessa forma, como mostramos a seguir:

¹⁰ Ao apresentar a definição do verbete “objetividade”, o Manual da Redação da Folha é categórico ao afirmar que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/manual_projeto_o.htm>. Acesso em: 06 mar. 2009.

(5)

[...] **O POVO**, na edição de ontem, reproduziu, na íntegra, a entrevista do Chefe do Executivo, não apenas com o intuito de manter os seus leitores a par das sinalizações oferecidas pelas considerações presidenciais, diante da presente conjuntura, mas motivado, principalmente, pela nova postura governamental, baseada na convicção de que “a saída para a crise brasileira passa obrigatoriamente por um amplo acordo político”. Frequentemente **este jornal** tem emitido a mesma opinião destacada pelo Presidente da República, quanto a imprescindibilidade de um entendimento de alto nível, entre as diversas correntes políticas para encontrar uma base mínima de suporte às medidas requeridas pela Nação. [...] (*O Povo*, 06 mar. 1991)

Por outro lado, a institucionalização foi observada associada ao uso da primeira pessoa do plural, como mostramos com os próximos exemplos.

(6)

O Echo do Povo cumpre o dever de ficar sua aparição, e desenrolar a bandeira de seu programma: — Nem anarchistas nem escravos — será a nossa legenda; e, guardando rigorosa neutralidade entre os partidos, **to-mamos** a defesa dos direitos do povo e dos legítimos interesses da provincia, sem indagar se nossos juízos agradam a gregos ou troyanos. **Atravessamos** neste momento a hora mais sombria porque haja passado o sol cearense. [...] (*Echo do Povo*, 24 jun. 1879)

(7)

[...] Mas é sintomático que numa longa entrevista concedida a **O POVO**, sobre os problemas de trânsito em Fortaleza e outras cidades, o Diretor do Departamento, *Senhor* Jesus de Brito Pinheiro, não tenha dito uma palavra sobre um assunto da ordem do dia, que interesse a milhares de motoristas. [...] **Julgamos** que o DETRAN deve superar sua pelo menos aparente omissão no caso e estudar solução melhor do que a que está sendo adotada. Como a interdição afigura-se irreversível - já estão em andamento obras no trecho fechado - há que buscar uma fórmula técnica que evite os congestionamentos naquela área possivelmente a inversão da mão da Castro e Silva. (*O Povo*, 02 out. 1974)

O que para nós caracteriza acentadamente a institucionalização é o fato de o autor, ainda que exponha impressões pessoais e que se manifeste subjetivamente (como nos 2 exemplos acima), ser encoberto pelo manto da não responsabilidade discursiva, assegurado por um gênero que emana de uma esfera social que o reconhece e o legitima nesse papel. Vale dizer que o editorialista possivelmente esteja na função que ocupa justamente por adotar as mesmas opiniões, ou posicionamentos ideológicos, da empresa para a qual trabalha. Então nada mais natural do que externar opiniões e manifestar-se subjetivamente, já que suas opiniões e posicionamentos coincidiriam com os da instituição.

O manto de que falamos pode ser constatado no caso de um leitor que, em 2004, escreveu para o jornal *O Povo*, querendo saber se a posição externada em dois editoriais, publicados no espaço de uma semana, seria do jornal, oficialmente, ou se, conforme chegou a sugerir, tratar-se-ia de uma visão pessoal do editorialista¹¹. A

¹¹ Convém ressaltar que o leitor se dirige ao jornal motivado pelo estranhamento que lhe causa uma tese que ele não associa à empresa jornalística. Isso quer dizer que o leitor reconhece e legitima o papel que um editorialista assume, que é falar em nome do jornal.

resposta é dada pelo *ombudsman*¹² que, dizendo ter consultado a direção do jornal, ouvido o editorialista, sai em defesa da tese apresentada e sustentada por argumentos dados pelo editorialista. Ainda que tenha recorrido ao editorialista para colher os argumentos cabíveis e deles faça uso em sua argumentação, o *ombudsman* chamou a responsabilidade discursiva para a instituição e justificou a opção pela tese defendida (cf. Anexo).

O editorialista, que não responde diretamente às intervenções dos leitores e é contratado para manifestar opiniões que a empresa espera que sejam manifestadas, goza de prestígio. O reconhecimento, político e social, que advém do cargo é tanto que alguns editorialistas assumem publicamente essa função, seja em entrevistas concedidas, em participação em eventos da área da comunicação ou quando figuram como articulistas em outros jornais, como é o caso, por exemplo, do editorialista do *Jornal da Tarde* (SP), José Nêumane, que, em pé biográfico¹³ de artigo publicado, em 04 de março deste ano, no jornal *O Estadão* (SP), apresenta-se como jornalista, escritor e editorialista¹⁴, e de Valdemar Menezes, que participou, como editorialista do jornal *O Povo* (CE), do V Simpósio OBSERVANORDESTE, evento voltado para discutir os resultados das eleições de 2004 da região, ao lado do cientista político Jawdat Abu-el-Haj, professor da Universidade Estadual do Ceará.

Ser coberto pelo manto da não responsabilidade discursiva não implica anonimato, como vemos. Ainda que possa ser reconhecido por escrever os editoriais de um jornal e muitos leitores saibam a quem atribuir a verdadeira autoria daquele texto, esta continuará a emanar da empresa jornalística.

iii) A **ausência de assinatura e de elementos biografizantes** diz respeito ao fato de o editorial de jornal não vir assinado por nenhum autor individual e conseqüentemente não apresentar pé biográfico. A ausência de assinatura deve estar aliada ao lócus em que o editorial é veiculado para que possa ser reconhecido como tal, geralmente nas primeiras páginas do jornal.

O fato de não ser assinado, como já sabemos, foi uma característica que se estabeleceu historicamente, tanto que, no levantamento que fizemos, encontramos textos que revelavam a autoria. Já no primeiro editorial que coletamos, de 1832, logo após a última linha do texto, consta a informação “Do Redactor” entre parênteses; em outros dois, de uma mesma edição do jornal *A Verdade*, de 1891, mais de meio século depois, encontramos o mesmo tipo de identificação. Nesse ano ainda, no jornal *O Norte*, Justiniano de Serpa, um dos redatores, bastante atuante em seu tempo, encerrou o texto registrando seu nome de forma abreviada (J. de Serpa), e, no jornal *A Ordem*, o redator limitou-se a escrever “E.”¹⁵. No ano de 1921, em *O Clarim*, “órgão dedicado aos

¹² Palavra de origem sueca que significa aquele que representa. É o profissional pago por órgão oficial ou empresa privada para representar os interesses do público. Em jornalismo, é o advogado do leitor. (cf. Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_o.htm>. Acesso em: 06 mar. 2009).

¹³ Expressão que designa a parte final de um texto em que são fornecidas ao leitor informações sobre o autor ou articulista, quando este não pertence à equipe do jornal.

¹⁴ Cf. versão eletrônica disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090304/not_imp332982,0.php0>.

¹⁵ Não tivemos condições de saber se se trata da abreviatura da palavra “editor” ou do nome de algum possível redator, pois, nem os registros da Biblioteca Nacional e os da Biblioteca Pública do Ceará, nem o trabalho historiográfico do professor Geraldo Nobre (1974), fontes das quais nos valem, nos ajudaram

interesses de Barbalha”, interior do Estado, encontramos a abreviatura do nome do tipógrafo e redator do jornal – “J. DUARTE” . Todos esses dados mostram-nos que, no Ceará, pelo menos no interior, essa prática estendeu-se até as duas primeiras décadas do século XX, o que fez com que a ausência de assinatura só se consolidasse depois do primeiro quartel do século XX.

iv) O **uso da variedade padrão da língua** assegura que encontremos no editorial formas e estruturas linguísticas da modalidade padrão, bem como a ausência de “marcas lingüísticas, traços culturais, psicológicos ou sociais que possam remeter para algum traço identitário dos redatores” (ALVES FILHO, 2006, p.86).

Muitos são os exemplos que podem ser encontrados no *corpus* para atestar esse aspecto caracterizador da autoria institucional. O que salientamos, no entanto, é que preferimos trabalhar com o conceito de variedade culta, para que não possamos pressupor que nos editoriais encontraríamos a norma padrão¹⁶. Todos sabemos que, mesmo em jornais de grande circulação, é comum encontrarmos formas que, embora se distanciem das prescrições gramaticais associadas à norma padrão, são amplamente empregadas por indivíduos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da sociedade, isto é, os indivíduos considerados cultos, entre eles os editorialistas. Dentre os vários exemplos que podemos citar em que o redator não segue a norma padrão, destacamos dois, reproduzidos a seguir.

(8)

[...] Dizendo melhor: a política salarial so- | mente admite a “livre negociação” **a nível | de** entendimento entre técnicos, especialis- | tas e empresários, ficando para as catego- | rias organizadas — metalúrgicos, eletricitá- | rios e outras — o recurso à greve, um direi- | to pendente de regulamentação [...]. (*Diário do Nordeste*, 09 ago. 1989)

(9)

[...] O uso da carta-bomba, o emprego do | carro-bomba por controle remoto e a | adesão de fanáticos às ações em que | imolam suas próprias vidas, para des- | truição de seus semelhantes, se trans- | formaram em armas banalizadas no | dia-a-dia. Pela fé cega na qual **acredi- | tam** ou pela ideologia política que **de- | fendem, o terrorista** nega o | humanismo e a civilização. [...]. (*Diário do Nordeste*, 12 set. 2001)

Nos exemplos citados por Alves Filho para ilustrar esse aspecto, também identificamos um caso do que se aceita como variedade culta, sem que encontre abrigo nos preceitos gramaticais, como vemos a seguir:

(10)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) **está preocupado que** o Brasil não controle seus gastos em ano eleitoral. **A dúvida foi colocada ao ministro** da

a chegar a uma conclusão. Por outro lado, independentemente de saber a que(m) se refere essa abreviatura, o fato relevante é que, como em outros textos coletados, não era raro encontrar inicial como indício de uma possível assinatura nos editoriais.

¹⁶ Norma padrão refere-se à língua, de tradição lusitanizante, usada como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; variedade(s) culta(s) diz respeito aos usos reais da língua por parte dos usuários dos segmentos socialmente favorecidos, isto é, aqueles que têm mais familiaridade com a modalidade escrita. A propósito dessa distinção, cf. Bagno (2000); Almeida e Zavam (2004).

Como podemos perceber, a esfera de onde o redator enuncia (jornalística) e o papel que desempenha (editorialista) induziriam o interlocutor não só a tomar como verdade o que é dito, como também a aceitar, como modelo a ser seguido, a variedade linguística exibida nos textos, ainda que nem sempre a forma empregada esteja de acordo com as regras rígidas impostas pela gramática normativa.

v) A **interação entre uma instituição e indivíduos leitores** estabelece-se nos editoriais sem deixar marcas na materialidade textual. Dessa forma, “o leitor se apresenta nos editoriais como uma posição axiológica presumida pelo editorial, mas não como uma instância de diálogo direta” (ALVES FILHO, 2006, p. 87).

Em vários exemplos de nosso *corpus*, pudemos, de fato, constatar que “a figura do leitor não é trazida para a materialidade do texto, sendo apenas presumida” (ALVES FILHO, 2006, p.87). No entanto, acreditamos que essa afirmação esteja estreitamente relacionada aos textos analisados por Alves Filho, nos quais o pesquisador constatou o emprego recorrente da terceira pessoa do singular. Em nosso *corpus*, encontramos, por outro lado, vários exemplos em que o editorialista dialoga diretamente com o leitor, deixando marcas na superfície textual, desde uma época mais distante (1954 e 1972), como mostram os exemplos a seguir, até datas mais próximas dos nossos dias, como vemos nos dois exemplos subsequentes, respectivamente de 1980 e 2000.

(11)

[...] Enquanto não chega a vez de votarmos no presi- | dente da República, procuremos votar com consciência (sic) | para governador do Estado, para governador da cidade em que moramos, para representantes do povo no Le- | gislativo. || **Atentai, cearenses**, para o nome de Paulo Sarasate¹⁷. || Tudo indica que êle fará um grande governo. (*O Povo*, 24 ago. 1954)

(12)

[...] Que campanha | será esta, porém, em que o que se coloca | em questão não é propriamente a capaci- | dade de cada candidato para, se eleito, le- | var a comunidade aos destinos que mere- | ce, de integrar municípios e regiões no tra- | balho comum pelo desenvolvimento, mas, | sim, a sua capacidade de inserir-se num | mundo de fofocas, de intrigas, de disse- | que-disse comadresco? **Por favor retirem | a campanha desse plano**. [...] (*O Povo*, 04 set. 1972)

(13)

[...] **Nós brasileiros** somos extremamente | passionais, inclinados a dramatizar | acontecimentos que, noutras nações, | constituem fatos normais, com os quais se tem | de contar, quando se pretende viver sob um | regime democrático, onde é inevitável o | choque de opiniões que caracteriza | exatamente a convivência pacífica dos | contrários. [...] (*Tribuna do Ceará*, 14 jun. 1980)

(14)

[...] Os medicamentos bási- | cos precisam ficar sob o controle direto do | Estado, inclusive para dar meios de nego- | ciação ao governo frente aos monopólios | estrangeiros. Sem essa margem mínima | para manobrar

¹⁷ Paulo Sarasate, à época, era diretor do jornal *O Povo* e candidato, vitorioso, ao governo do estado.

assistiremos cada vez mais | à desmoralização imposta pelos laborató- | rios
aos centros de poder nacional. (*O Povo*, 06 jul. 2000)

Ressaltamos, ainda, o fato de, no texto de 1972 (exemplo 12), o editorialista ter feito uso da terceira pessoa do singular e, ainda assim, dirigir-se diretamente a seu interlocutor, no caso, os candidatos à eleição.

De acordo com o que mostram os resultados, o leitor nem sempre é só uma “posição axiológica” (ALVES FILHO, 2006, p. 87) assumida pelo editorial, muitas vezes as marcas da interpelação estão presentes no cotexto. Essa estratégia – buscar adesão do leitor pela interpelação imediata – também se presta à intenção apontada por Alves Filho em relação à falta de diálogo direto entre instituição e indivíduos-leitores, qual seja, fazer com que o interlocutor “aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal” (2006, p. 87). Queremos dizer com isso que mesmo que o editorial traga para a sua materialidade textual a figura do leitor ainda há, e a nosso ver mais acentuadamente, a intenção de levá-lo a alinhar-se ao posicionamento da instituição.

Por outro lado, podemos pressupor, ainda com base nos dados levantados, que, se no editorial a interação entre a instituição e indivíduo-leitor somente se desse sem que a figura do leitor fosse levada para a materialidade do texto, como propõe Alves Filho, esse aspecto ter-se-ia revelado caracterizador só muito recentemente.

vi) A **busca de cobrança por uma coerência enunciativa** diz respeito ao fato de os leitores esperarem da instituição jornalística a manutenção de seus posicionamentos. É justamente essa coerência nas posições enunciativas que vai permitir ao leitor o enquadre ideológico da instituição. Um exemplo claro da expectativa que o leitor cria em relação à imagem que faz da instituição jornalística e conseqüentemente do estranhamento que causa uma possível ruptura nessa coerência é a cobrança que um leitor faz diante de um editorial cujas posições enunciativas não reconhece como sendo do jornal, ao qual nos referimos anteriormente quando tratamos da institucionalização (cf. Anexo).

vii) O **ineditismo textual** resulta do fato de um exemplar de editorial “ser publicado uma única vez e em um único jornal” (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Disso não temos dúvida quando nos referimos a editoriais de uma época mais recente. De fato, “como tendência geral de funcionamento” (p. 87), um editorial não é enviado a outros jornais, como acontece com a notícia e o artigo de opinião, por exemplo. No entanto, se lançarmos nosso olhar para uma época mais distante, vamos encontrar um mesmo editorial de jornal, por exemplo, *A Constituição*, de 11 de fevereiro de 1866, sendo novamente publicado em edições posteriores, dos dias 22 e 24 de fevereiro do mesmo ano.

O editorial denunciava o fato de um parente de um senador ocupar dois cargos públicos simultaneamente (professor e oficial da secretaria do governo). Vale ressaltar que esta prerrogativa fora negada ao fundador e redator do jornal *Araripe*, João Brígido, que militava, assim como o jornal *A Constituição*, pelo partido *Conservador*. Com motivos para atacar o partido opositor – *Liberal* –, que desrespeitou “o preceito de que a lei he igual para todos e não faça excepção alguma em favor dos parentes de senadores”,

o jornal, querendo assegurar que a denúncia se tornaria pública¹⁸, reeditou seu editorial 11 dias depois. Prosseguindo com a crítica, na edição do dia 24 (terceira vez em que o texto era reproduzido), o jornal fez constar na primeira página, a mesma do editorial, na seção “Noticiário”, sob o título “Mais Privilégios da Olygarchia”, a notícia de que “um outro olygarca proximo parente [...] de novo se prescinde das leis” e também acumula cargos no governo para seguir denunciando “o pai de todo esse filhotismo que constitui na provincia o exclusivismo da epocha”. Motivações e circunstâncias à parte, o fato é que não podemos afirmar que o ineditismo constituía característica do editorial no século XIX.

Dos aspectos apresentados, embora, no que se refere ao predomínio da terceira pessoa do singular e à interação com o leitor, nossos dados tenham apontado resultados diferentes, não podemos deixar de admitir, com Alves Filho (2006), que “a autoria tem uma função enunciativa essencial para o funcionamento e circulação dos gêneros” (p.77) e que, no editorial, essa função é institucionalizada.

4. À guisa de conclusão

Como vimos, uma característica que hoje se apresenta tão marcada em uma tradição discursiva, no caso a autoria institucional em editoriais de jornal, é resultado de uma construção histórica. Voltar o olhar para o percurso dessa construção ajuda, pois, a compreender melhor o fenômeno sincronicamente. Nesse sentido, acreditamos que uma análise de gêneros, mesmo que prioritariamente sincrônica, ganharia muito, em uma compreensão mais detalhada do fenômeno investigado, se buscasse considerar, ainda, aspectos diacrônicos, pois o gênero como se apresenta hoje é resultado de realizações desse mesmo gênero ao longo de seu percurso histórico (ou de outros, no caso de se analisar um gênero novo). Assim, estamos chamando a atenção para a contribuição que uma abordagem diacrônica (um olhar sobre a historicidade dos textos) pode dar quando se estuda o fenômeno gênero do discurso, ainda que em sua realização atual.

Referências

ALMEIDA, Nukácia M. Araújo de ____; ZAVAM, Aurea. Variação lingüística: uma questão de sala de aula. In: ____ (Org.). **A língua na sala de aula**: questões práticas para um ensino produtivo. Fortaleza: Perfil Cidadão, 2004. p.237-267.

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, 50(1), p.77-89, 2006.

ASCHENBERG, Heidi. Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In: DRESCHER, Martina. **Textsorten in romanischen Sprachvergleich**. Tübingen: Stauffenburg Verlag, S. 2002. p.153-170.

¹⁸ Devemos lembrar as limitações, próprias da época, que os jornais enfrentavam para fazer chegar cada edição às mãos dos leitores.

_____. Diskurstraditionen – Orientierungen und Fragestellungen. In: _____ & WILHELM, Raymund (Hrsg.). **Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen**. Tübingen: Narr. S. 2003. p.1-18.

BAGNO, Marcos. Língua-padrão ou padrão-língua? In: _____. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 117-173.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

COSERIU, Eugenio. **Lições de lingüística geral** (edição revista e corrigida pelo autor). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos**. São Paulo: Vozes, 1995.

FONSECA, Ma. Cristina de A. P. **Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992.

GOMES, Valéria S. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

KABATEK, Johannes. **Tradiciones discursivas y cambio lingüístico**. Texto inédito apresentado no Seminário Nuevos enfoques en la lingüística histórica. Soria, Espanha, 7-11 jul. 2003. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2009.

LÓPEZ SERENA, Araceli. Teoría lingüística y lingüística histórica en sincronía y diacronía: aportaciones mutuas, en **Actas del V Congreso Andaluz de Lingüística General**. Homenaje al profesor José Andrés de Molina Redondo (Granada, 17-19 de noviembre de 2004), II, Granada: Granada Lingüística-Ediciones Método, 2006. p. 1037-1052.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Karina R. de S. **A macroestrutura argumentativa de editoriais do Jornal do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PESSOA, Marlos B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.: CALLOU, D. (Org.). **Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos**, vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de LETRAS da UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 197-205.

NOBRE, Geraldo da S. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974 (edição fac-similar).

REBELO, Neiva M. S. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.

SIMÕES, José da Silva. **Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerundio no português brasileiro.** Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUSA, Socorro Cláudia T. **Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

ANEXO

OMBUDSMAN (Jornal O Povo – Disponível em:
<<http://www.opovo.com.br/opovo/ombudsman/gualtergeorge/394065.html>>. Acesso: 13 mar.2009)

O modelo esgotado e o leitor espantado

Guálter George
21 Ago 2004 - 17h23min

Dois editoriais recentes do **O POVO**, publicados nos dias 10 e 17 últimos, incomodaram ao leitor Gustavo Menescal. O problema estaria no fato de o jornal considerar, nos dois textos, "esgotada" a experiência da democracia representativa. No primeiro, sob o título "Rombo nos municípios", dentro de um contexto onde se pretendia discutir desvios em administrações municipais e as dificuldades que a sociedade enfrenta para coibi-los devido à falta de mecanismos de controle eficientes. No segundo - "As lições da Venezuela" -, a abordagem é mais direta, partindo-se do exemplo do que ora acontece na Venezuela, com a aplicação do referendo revogatório do mandato do Presidente da República, para reafirmar a defesa de que nosso modelo de democracia precisa ser revisto. O leitor reclama da falta de clareza da tese defendida e, para ele, o honesto seria o jornal aprofundar mais o debate sobre assunto, até, se for o caso, liderando uma campanha pelo voto nulo, considerado o pressuposto de que o modelo hoje em vigência no País já deu o que tinha de dar. O seu interesse, manifestado através de e-mail e em contato telefônico posterior, é saber até onde a posição externada é do jornal, oficialmente, ou se, conforme chega a sugerir, trata-se de uma visão pessoal do editorialista, abraçada pela empresa. Foi esta dúvida que levei ao comando do **O POVO**, que indicou o jornalista Valdemar Menezes, o editorialista em questão, para apresentar os argumentos cabíveis.

JORNAL CONSIDERA POSIÇÃO TRANSPARENTE

Para Valdemar Menezes, o posicionamento do **O POVO** quanto ao assunto é claro e está manifestado em vários outros editoriais publicados antes dos dois que chamaram a atenção do leitor. "O jornal defende, faz algum tempo, um avanço do que temos hoje em direção à democracia participativa", esclarece, adiantando que não há qualquer incoerência. A idéia nunca foi, assegura, negar o que há hoje. "Na verdade, a tese é de importantes e respeitados constitucionalistas brasileiros, a começar pelo cearense Paulo

Bonavides, autor de várias obras acerca do tema. O que se defende é uma junção entre o que há de melhor nas democracias representativa e direta, resultando num modelo que daria muito mais possibilidades de participação à sociedade e, em especial, lhe garantiria mecanismos de controle sobre os agentes públicos muito mais eficientes", diz Valdemar. O editorialista considera normal que o leitor questione se a posição é do jornal, oficial, ou dele, particular, lembrando que na coluna semanal que assina aos domingos - Concidadania - reforça convicções pessoais acerca do assunto. Neste caso, o que não é uma regra, nem poderia ser, as opiniões do jornal e de quem as editorializa convergem e, como mostra o caso, até confundem-se.

A *grande questão* que se coloca é se a defesa da tese de uma democracia diferente da que temos hoje contamina a cobertura do jornal no campo político. Parece evidente que as falhas que o nosso noticiário político apresenta, em nível acima do que gostaríamos, com certeza, nada têm a ver com as teses que os editoriais de vez em quando manifestam. Portanto, há espaço para uma convivência harmônica entre a visão que tem **O POVO** do que seja uma democracia ideal e o acompanhamento cotidiano dos fatos relacionados à democracia que a realidade nos permite ter. Por mais justificada que pareça a apreensão que o leitor Gustavo Menescal torna pública, a partir do que lê no espaço de posicionamento institucional do jornal, inexistem elementos capazes de configurar má-fé ou algo mais que pareça resultar de qualquer intenção de impor uma idéia aos leitores. Até hoje, pelo menos, foi assim.